



AE Setorial – 01 Mar 2004

### **Setor elétrico espera aprovação de agenda mínima**

Os empresários do setor elétrico aguardam para esta terça-feira a votação, no plenário do Senado, das duas medidas provisórias do novo modelo elétrico: as MPs 144 e 145. E afirmam estar "esperançosos" de que a agenda mínima, negociada junto aos parlamentares, seja acolhida. A agenda mínima é um conjunto de emendas que reúnem mudanças consideradas essenciais pelos agentes do setor ao projeto de conversão em lei da MP 144.

Segundo o diretor-presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, dos 11 tópicos da agenda mínima, três são prioritários. "Nos concentramos em três itens que dizem respeito à distribuição da energia e à segregação do mercado".

Sales disse que o adiamento da votação das MPs, prevista inicialmente para o mês passado, possibilitou maior contato dos agentes do setor com os relatores dos projetos, os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), condutores, respectivamente, das MPs 144 e 145. "Não temos a pretensão de modificar o modelo do governo. Mas conversamos com os senadores a respeito da necessidade de correção de alguns aspectos fundamentais", afirmou o diretor-presidente da CBIEE.

O executivo comentou também que os parlamentares demonstraram compreender os argumentos colocados pelos agentes do setor. "A compreensão dos senadores foi total. Estamos agora esperançosos e na expectativa de que as distorções serão corrigidas", disse Sales. "Agora temos de esperar para ver o que vai acontecer, já que existe uma discussão dos relatores com o governo", acrescentou.

O diretor-presidente da CBIEE embarca ainda hoje para Brasília para "acompanhar de perto" a tramitação do novo modelo do setor elétrico. Ele insistiu na necessidade de o governo ter "bom senso" e aprovar a agenda mínima. "É preciso criar condições para atrair novos investidores e livrar o País das arapucas de quebras de contrato", disse Sales, referindo-se ao fato de que a aprovação do modelo, como quer o governo, restringe a concorrência no mercado de geração de energia.

O vice-presidente sênior do Cone Sul da Duke Energy, Mickey Peters, afirmou esperar a correção dos rumos do projeto pelo Senado. "Queremos participar do futuro do País. Queremos ser investidores do futuro, e não do passado", disse.

Para Peters, se o novo modelo for aprovado conforme o texto original do governo federal, será difícil convencer a companhia a investir mais no Brasil. Desde a privatização do setor, a Duke Energy investiu, segundo ele, US\$ 1,5 bilhões no País. "Atualmente, estamos com uma agenda defensiva e não de futuros investimentos, por conta do momento crítico que o setor está vivendo aqui", comentou Peters.

O presidente da Tractebel Energia, Manoel Arlindo Zaroni Torres, também disse esperar uma correção das distorções do projeto do governo. Mas antecipou que, caso a proposta original seja aprovada, a companhia que preside não fará novos investimentos no País. "Não temos como colocar uma usina nas costas e levar embora. Mas certamente não haverá novos investimentos", garantiu. "O novo modelo do governo afugenta investidores e contribui para o aumento do Risco Brasil", criticou Zaroni Torres.

### **Crise**

A votação das MPs 144 e 145 foi adiada para esta semana como parte do esforço de esvaziamento do Congresso, feito pelos governistas, para ganhar tempo para que fosse contornada a crise política gerada pelas denúncias envolvendo o ex-assessor do Ministério da Casa Civil, Waldomiro Diniz.

Apesar do esforço dos agentes do setor em mudar o texto, em Brasília comenta-se que a base do projeto de conversão deverá ser a que foi negociada pelos senadores com a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, antes do Carnaval.

As duas MPs completaram 45 dias de edição em 21 de fevereiro, e por isso estão trancando a pauta do Senado. Depois de aprovadas, as mudanças vão ter que ser referendadas em nova votação no plenário da Câmara dos Deputados.